



Anais da Assembleia

Nº 36

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 28 DE ABRIL DE 1976.

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 50ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 1976.

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Adalberto Daros.

Às quatorze horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Osvaldo Macedo, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (46); achando-se ausentes os Srs. Deputados Aragão de Mattos Leão, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli, Lineu Turra, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Trajano Bastos e Wilson Fortes (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à **ORDEM DO DIA,**
com a presença de 46 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 28/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 36/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Porecatu, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Rui Barbosa, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO 28/76

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná **RESOLVE:**

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 22 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o Município de Porecatu, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Rui Barbosa, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição 36/76

Acompanhado de Mensagem Governamental 154/75, de 14 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 22 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o Município de Porecatu, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Rui Barbosa, na sede do referido Município.

Cumprido o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação deste Poder.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 29/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 37/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Porto Rico, objetivando a execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Interventor Manoel Ribas, o Grupo Escolar Duque de Caxias, e o Grupo Escolar Osvaldo Cruz, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 29/76

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná **RESOLVE:**

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 06 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de Porto Rico objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Interventor Manoel Ribas, o Grupo Escolar Duque de Caxias e Grupo Escolar Osvaldo Cruz, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Deni Schwartz, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição 37/76

Acompanhado de Mensagem Governamental 154/75, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 08 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de Porto Rico, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Interventor Manoel Ribas, o Grupo Escolar Duque de Caxias e Grupo Escolar Osvaldo Cruz, na sede do referido Município.

Cumprido o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Deni Schwartz, Relator.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 29, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 28/76 e 29/76.

Levanta-se a Sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 51ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 1976

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Ezequias Losso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilbertyo Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (46); achando-se ausentes os Srs. Deputados Aragão de Mattos Leão, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli, Lineu Turra, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Trajano Bastos e Wilson Fortes (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM:

MENSAGEM 44/76

Curitiba, 22 de abril de 1976

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado e os Municípios de APUCARANA, UMUARAMA e LONDRINA, visando a implantação dos Serviços de Prevenção, Combate a Incêndio, Busca e Salvamento, e outras calamidades, nas áreas dos citados municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora subme-

tidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR
Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça

OFÍCIO:

Sob o número 42/76, do Sr. Manoel Ortiz, Presidente da Câmara Municipal de Loanda, encaminhando cópia de Indicação de autoria do nobre Vereador Ricardo Pinto de Arruda, solicitando que seja colocado na pauta dos trabalhos o Estatuto do Magistério, para apreciação do Plenário. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o número 0111/76, do Sr. JOSÉ COSTA CAVALCANTI, Diretor Geral de ITAIPU, comunica que quando por ocasião de palestra que teve a honra de proferir nesta Casa, registrou o particular interesse de diversos Deputados pela repercussão das atividades da construção da Hidrelétrica de ITAIPU sobre o distrito de Alvorada do Iguaçu, Município de Foz do Iguaçu. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final assina, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente Sessão, um profundo voto de pesar pelo falecimento do Capitão OSVALDO FRANCISCO VIEIRA, ocorrido ontem na cidade de Sertãoópolis.

O Capitão Osvaldo Francisco Vieira, Delegado de Polícia daquele Município e até recentemente Presidente do Diretório Municipal da ARENA, teve grande destaque naquele Município, especialmente pelas suas atividades humanitárias, sua preocupação com os menos favorecidos pela sorte, tanto é assim que atualmente estava na direção da Escola de Excepcionais de Sertãoópolis.

Sua morte abre grande lacuna difícil de ser preenchida e o povo de Sertãoópolis chora hoje o desaparecimento de uma das suas figuras mais humanas.

Por todas estas razões e tantas outras que poderiam ser enumeradas, estamos seguros que a unanimidade desta Casa acolherá esta homenagem que se pretende prestar a quem soube durante sua vida, cumprir sua missão na terra.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1976.

a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa após ouvido o plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente Sessão, um profundo voto de pesar pelo falecimento do Dr. JAHIR LOPES, ocorrido na cidade de Castro.

Pertencente a tradicional família castrense, Jahir Lopes era um dos mais antigos dentistas do município de Castro, terra que muito recebeu desse seu filho na sua caminhada progressista

Seja como grande entusiasta do esporte, seja como político, seja através do seu clube de serviço, Jahir Lopes pautou sua vida pela correção, pelo seu coração generoso, pela prestação de serviços, pelo amor ao próximo.

Conhecido e admirado pela sua gente, em cada castrense

ele deixou um amigo, pelo respeito que sempre dedicou a todos e pela bondade que foi a tônica de sua existência.

Castro inteira recebeu entristecida a notícia do seu passamento e chorou a partida tão inesperada do Grande amigo.

Seguros estamos que a decisão unânime desta Casa partirá que se lhe preste esta homenagem.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1976.

(a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a consignação em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Aldo Pavesi, ocorrido no dia 25 próximo passado, no município de Marumbi. O extinto, pessoa de tradicional família daquele município, deixa além de numerosa prole, grande número de amizades e uma lacuna insubstituível naquela comunidade.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada, na pessoa do Sr. Avelino Pavesi.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1976.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário da Casa, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo pela passagem do 205º aniversário de fundação do município de Guaratuba, a comemorar-se no próximo dia 29 do corrente.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1976.

(a) ADALBERTO DAROS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os DEPUTADOS que a presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, em número legal e na forma do artigo 32 do RI., requerem a constituição de COMISSÃO ESPECIAL, a fim de que o Poder Legislativo pronuncie-se sobre o seguinte assunto:

DOS FATOS

1) A Federação Paranaense de Futebol, é legítima proprietária de uma área de terras de 149.543,45 m², adquirida em parcelas por doações particulares e públicas, bem como por compra e venda, localizadas no Bairro do Tarumã, nesta Capital e que hoje constituem a Planta do Estádio do Paraná – PINHEIRÃO.

2) Sobre o referido imóvel, pretendeu a Federação Paranaense de Futebol, edificar arrojada obra destinada a sediar colosso Estádio de Futebol, tendo para tanto criado a COCEP, Comissão de Construção do Estádio do Paraná, a qual figura como responsável pela administração daquelas obras.

3) Todavia, dado o vulto do empreendimento e a urgência que se alegava na sua construção, a COCEP, em campanha publicitária muito bem elaborada, motivou a opinião esportiva do Paraná que acorreu em massa, adquirindo títulos patrimoniais com direito a cadeiras e box de estacionamento.

4) Esta campanha publicitária que galvanizou, quase toda a imprensa esportiva do Estado, desenvolveu-se na assertiva de que o "futuro Estádio do Pinheirão" sediará jogos da Mini-Copa Mundial – Taça Independência, então brilhantemente conquistada pelo selecionado brasileiro de futebol.

5) Referidas obras que não passaram das fundações, até hoje não permitiram a utilização daquele Estádio e nem se pode concluir que permitam, tendo em vista a paralização total das obras e a falta de recursos para a sua conclusão.

6) Sistemáticamente, no entanto, nossa imprensa especializada, tem denunciado a troca de acusações entre os responsáveis pela Federação Paranaense de Futebol e Comissão de

Construção do Estádio do Paraná, em que a atual administração e a anterior, procuram se eximir da responsabilidade e malogro daquele empreendimento.

7) Por outro lado, também a imprensa tem noticiado as intratáveis dificuldades financeiras que se encontra a FPF, face ao vencimento dos compromissos assumidos em decorrência da obra fracassada, concluindo-se que o INTERESSE PÚBLICO – representado pelas centenas de paranaenses adquirentes de cadeiras e box de estacionamento, está a exigir uma definição em que se apurem as causas da não conclusão das obras, as responsabilidades pelos desmandos se houverem, bem como se procure uma solução ao presente problema.

DO DIREITO

O Poder Legislativo, como autêntico e legítimo representante do INTERESSE PÚBLICO, tem competência para apreciar a nível de COMISSÃO ESPECIAL, o presente assunto, mesmo porque esta Casa, em Projeto de Lei, já considerou a entidade mater do futebol paranaense como sendo de utilidade pública. Além do mais a possibilidade de fraude contra os direitos particulares dos adquirentes, está a exigir do Poder a expressa manifestação, como tentativa de encaminhar uma solução.

REQUERIMENTO

Diante ao exposto, os subscritores, rogam a V. Exa., no prazo legal, determine a constituição da COMISSÃO DO PINHEIRÃO, composta por 7 membros e com prazo de 120 dias de duração, afim de que na estreita observância das formalidades de estilo e da praxe regimental, a POSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ, face ao envolvimento do INTERESSE PÚBLICO, fique expressamente manifestada.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1976.

(aa) Nilso Sguarezi, Deni Schwartz, Lúcio Machado, Enéas Faria, Del Ciel, Waldenício Barbalho, Domício Scaramella, Adalberto DAROS, Gabriel Sampaio, Luiz Carlos Zuk, José Domingos Scarpelini, Lineu Turra, Fidelcino Tolentino, Osvaldo Macedo, Hélio Manfrinato, Accioly Neto, Nelson Buffara, Trajano Bastos e Ernesto Dal'Oglio.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem mui respeitosamente requerer que, ouvido o Plenário, seja encaminhado o presente pedido de informações ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, com base no que dispõe o art. 20, § 2º, da Constituição do Estado.

Tratam-se de informações imprescindíveis à elaboração de projeto de lei, disciplinando a exploração dos serviços de transporte coletivo intermunicipal no Estado do Paraná, tanto por concessão como por permissão, que pretendemos apresentar brevemente à apreciação desta Casa.

Infelizmente este Poder não é um poder bem informado. Não dispomos, aqui, das mesmas condições que possuem os órgãos do Poder Executivo para o desempenho de suas funções. Somos, por isso, forçados a recorrer aos elementos de que dispõem aqueles órgãos responsáveis pelo controle de determinados serviços.

A questão do transporte coletivo intermunicipal é de alto interesse público e padece hoje de desajustes que precisam ser corrigidos. Ainda recentemente o Exmo. Sr. Ministro dos Transportes cobrou das empresas que exploram esses serviços atendimento mais adequado. E pesquisa elaborada pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem evidenciou a insegurança que atingiu usuários e motoristas.

No Paraná, as reclamações se avolumam. Acidentes se retem. Municípios são mal servidos. A população não é esclarecida sobre as condições de exploração desses serviços e sobre as obrigações das empresas que promovem a sua exploração.

E este é um serviço público essencial, que o Estado tem a obrigação de prestar, mas que, pela sua incapacidade de por ele responder, transfere a empresas particulares.

Ocorre que é da competência exclusiva desta Assembléia "autorizar a concessão, para exploração, de serviços públicos estaduais ou intermunicipais", conforme disposição do art. 21, IX, letra "b" da Constituição Estadual.

E o Poder Legislativo, já tão enfraquecido em sua competência, não pode descuidar das responsabilidades que lhe são atribuídas. Cumpre que por elas responda, para continuar merecendo o respeito dos cidadãos.

Evidentemente que as razões maiores que determinam esse nosso procedimento serão dadas na justificativa do projeto que pretendemos apresentar. Por ora, justificamos apenas as razões do presente pedido de informações.

Assim é que formulamos o presente requerimento, pedindo à Secretaria dos Transportes resposta para as seguintes perguntas:

1º) Quais as empresas que exploram o serviço de transporte coletivo intermunicipal no Estado do Paraná? Solicitamos a gentileza de enumerá-la com a indicação de todas as linhas de responsabilidade de cada uma?

2º) Quais os critérios estabelecidos para a concessão ou permissão para exploração desses serviços? Qual o documento legal que regulamenta a exploração desses serviços, a sua concessão ou permissão? Solicitamos a gentileza de fazer essa resposta vir acompanhada de cópia de toda legislação pertinente atualmente em vigor.

3º) Quais as empresas que exploram esses serviços pelo regime de concessão? Quando foram realizadas as concorrências? Quais os prazos das concessões conferidas? Quando ocorrerá o vencimento de cada uma?

4º) Quais as empresas que exploram esses serviços pelo regime de permissão? Em que condições e por qual prazo?

5º) Quais os critérios utilizados para a fixação de tarifas? Quais os critérios para majoração?

6º) De que forma é feita a fiscalização da exploração desses serviços, da segurança oferecida e do tratamento dispensado aos usuários? De que forma é feita a fiscalização das condições de trabalho dos motoristas e ajudantes?

7º) Existem linhas de tráfego intenso, explorada com exclusividade por uma única empresa, sem concorrência que melhore o serviço e beneficie o usuário? Por quê?

8º) Solicitamos fornecer cópia do último edital de concorrência publicado.

9º) Quantas empresas exploram a linha Curitiba-Pato Branco-Francisco Beltrão e vice-versa?, especialmente com ônibus leito? Quantas exploram a linha Curitiba-Londrina e vice-versa? Quantas exploram a linha Curitiba-Maringá e vice-versa? Quantas exploram a linha Curitiba-Santo Antonio da Platina e vice-versa? Quantas exploram a linha Curitiba-Campo Mourão e vice-versa?

10) Quais as empresas que exploram linhas interestaduais e em que condições?

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1976.

(a) DEL CIEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Usando das prerrogativas que lhe são concedidas por Lei o Deputado que este subscreve, requer, após ouvido o Plenário, se oficie ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a fim de que o mesmo determine à Secretaria de Segurança Pública, que esta dê ao Corpo de Bombeiros do Paraná uma maior e melhor atenção concernente à sua aparelhagem e recursos, pois é esse destacamento, principalmente no Interior do Paraná, mal assistido pelo Governo, necessitando como o caso de Ponta Grossa, de um convênio onerando o povo mais uma vez e o Poder Público Municipal para que seja equipado e aperfeiçoado o Destacamento

local, coisa que é e deveria ser da alçada do Governo Estadual.

As tragédias de São Paulo e agora do Rio Grande do Sul são os exemplos de zelo e carinho que o Paraná deve dedicar à esse assunto, pois além de desaparelhado, além da falta de material humano os homens do Fogo tem demonstrado o alto espírito de combatividade e de humanidade quando solicitados a se fazerem presentes nos sinistros.

O Comando e seus Comandados dando tudo de si, para superar a falta de assistência do Governo naquele setor, e os municípios sem condições de recursos para Convênios, ficam à mercê da sorte e proteção de Deus, e a própria Capital sem a condição exigida para a segurança e tranquilidade de seus habitantes.

Dando ao Governo, através deste, a imagem já conhecida por ele, porém não atendida em parte, justo se torna que agora a Administração Estadual dê ao Corpo de Bombeiros do Paraná uma condição para um futuro evitarmos as tristes e funestas ocorrências de nossos Estados co-irmãos.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1976.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhes são conferidos por lei, requer após ouvido o Plenário, encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Diretor do DETRAN o seguinte requerimento de sugestão:

1) — que se conceda aos motoristas requerentes de novo exame de vista quando o anterior vencido, a liberdade e o direito de trafegarem livremente durante o período da inscrição e pagamento da taxa correspondente até a data da aplicação do referido exame.

2) — que institua-se carimbo com dizeres que autorize a liberação constante do item 1) e que o referido carimbo seja aplicado no verso do recibo emitido pelo Banco recebedor da taxa correspondente.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1976.

(a) LÚCIO MACHADO

JUSTIFICATIVA:

Inúmeras tem sido as multas aplicadas nestes últimos tempos aos motoristas com exame de vista vencido; até parece que o DETRAN age dolosamente com referência a esse acontecimento.

Para se obster o exame de vista o candidato tem que aguardar depois da sua inscrição e o respectivo pagamento da taxa, de 15 a 20 dias para obter o referido expediente, acontecendo que naturalmente o Motorista Profissional ou Amador, por um fato de ordem natural ele só requer o novo exame de vista quando o anterior esta vencido, logo, no espaço de tempo de 15 a 20 dias, esse motorista está sujeito às sanções previstas na Lei do trânsito.

Medidas de JUSTIÇA devem e tem que ser feita em defesa da classe; ao nosso ver, desde que o Profissional ou Amador se dirija aos canais competentes para o novo exame de vista, ele deve a partir daquele instante estar perfeitamente revestido dos direitos legais, isto porque o fato da demora no atendimento não corresponde a falta sua, e sim, a incapacidade do Departamento competente para atendê-lo na hora exata.

Visto ao exposto, nada mais justo que o DETRAN, providencie através de Portaria ou Ato Oficial parecido, autorização específica aos requerentes, para que a partir da data de inscrição ao novo exame de vista estejam eles perfeitamente assegurados de circularem livremente até a data da aplicação do exame requerido. Pelos motivos expostos apresentei nesta oportunidade de este requerimento de sugestão ao DETRAN.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno

Expediente, ao Senhor Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos, da tribuna desta Casa, trazido ao conhecimento público de várias obras que se realizam neste Estado.

Hoje, temos a oportunidade de ter em mãos o programa de inaugurações para amanhã, dia 30 e dia 3 de maio, das ampliações da rede escolar de Curitiba, uma promoção do Governo do Estado do Paraná, Secretaria de Educação e Cultura, e Fundação Educacional do Paraná-FUNDEPAR.

Assim é que, para o dia de amanhã, estarão sendo inauguradas ampliações no Educandário N. S. Menina, no Grupo Escolar Gelvira Pacheco, no Grupo Escolar Santa Cândida, em Santa Cândida. Salas de aulas no Grupo Escolar Amâncio Moro, Jardim Social, salas de aulas no Educandário Irmãs Oblatas no Tarumã, Jôquei Clube, salas de aulas no Grupo Escolar Joquei Clube no Tarumã e salas de aulas no Grupo Escolar Elysio Viana, no Guabirota.

Da mesma forma, para o dia 30, estão previstas inaugurações de várias ampliações.

No Grupo Escolar N. S. Assunção, no Guabirota; Grupo Escolar Doracy Cezarino, Vila Parolin; Grupo Escolar Dom Ático Rocha, na Vila Guaíra; Grupo Escolar Segismundo Falarz; Grupo Escolar Caixa de Habitação e Associação Brasileira de Educação La Sallistas, no Pinheirinho; Grupo Escolar Centro Educacional Guaíra, na Lamenha Lins; Grupo Escolar Madre Clélia; Grupo Escolar Dirce do Amaral, Barigui da Estação; Colégio D. Pedro II, R. Bispo D. José, Grupo Escolar São Braz, em São Braz e Escola Isolada Ângelo Volpado, em Santa Felicidade.

É a presença indiscutível do Governo do Paraná, especialmente, nesta magnífica caminhada com ampliações em vários estabelecimentos de ensinos, inaugurações de vários prédios, na aplicação do plano que faz e também pela construção de três mil salas de aulas no Estado do Paraná.

Nesta ocasião, queremos transmitir aos nobres pares desta Casa, de que o Secretário da Educação e Cultura, professor Francisco Borsari Neto, inclusive nos dava ciência de que os convites foram encaminhados a todos os Deputados desta Casa para que acompanhassem essas inaugurações.

E pediu que, desta tribuna, renovasse o convite, na eventualidade de não chegar a algum Deputado.

As inaugurações serão amanhã, 29 de abril, a partir das 8,30 horas, quando será processada a inauguração da ampliação do Educandário Nossa Senhora Menina, localizado na Rua Bom Jesus, no Juvevê e, em seguida, a inauguração das demais salas de aula em outros estabelecimentos do Estado.

Era apenas este registro que queríamos fazer com satisfação, porque é mais uma demonstração de que o atual Governo Jayme Canet Júnior continua dando cumprimento, na íntegra, a seu propósito de servir extraordinariamente à sua gente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Por inadvertência, ou por não saberem, os funcionários que auxiliam a Mesa aceitaram inscrições para a sessão de hoje, não só no Pequeno, como no Grande Expediente.

No entanto, o Sr. Secretário da Agricultura deverá aqui comparecer às 15 horas e, nestas condições, a Mesa só pode conceder a palavra a mais um Deputado, que é o Deputado Luiz Carlos Zuk, ficando mantidas as inscrições para amanhã, na ordem em que foram colocadas.

Assim, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ponta Grossa clamava por uma melhor assistência do Governo do Estado, concorrente ao Corpo de Bombeiros ali sediado.

Todavia, os Deputados que já passaram por esta Casa, se fizeram presentes aos Governadores que também passaram pelo Palácio Iguaçu, mas, infelizmente, a má vontade dos governos fez com que Ponta Grossa fosse a pioneira neste Estado do Paraná em dar segurança a seus filhos e à sua comunidade, instituindo, através da Câmara Municipal daquela cidade, através da comunidade de Ponta Grossa, uma taxa pela qual dava condições de reestruturação e reaparelhamento do Corpo de Bombeiros da cidade, da Princesa dos Campos Gerais.

Os municípios paupérrimos do Paraná, não tendo, em sua população, a posição econômica de que desfruta Ponta Grossa, não tiveram a condição desta lei pioneira de Ponta Grossa ser estendida a todo o Estado do Paraná.

Infelizmente, nós, que representamos outros municípios da região dos Campos Gerais, como Castro, Piraí, Ivaí, Ipiranga, Reserva, Imbituva e outros mais, vemos que, apesar dos apelos, apesar dos reclamos dos Prefeitos daquelas cidades, o Governo do Estado não dá uma condição mínima de segurança aos referidos municípios.

E nós, que como todos os Deputados, temos o domicílio sediado aqui, vemos que o exemplo a ser seguido deverá ser, imediatamente, implantado neste Estado, mais particularmente pela administração pública estadual.

No dia de ontem, para tristeza de todos os brasileiros não só dos nossos irmãos do Rio Grande do Sul, vimos estampado num órgão de divulgação daquele Estado, notícia semelhante àquela ocorrida no vizinho Estado de São Paulo.

Não somente a Capital do Estado de São Paulo, mas também agora a Capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, teve a infelicidade de ver inserida nas páginas de sua história, o triste episódio de ontem, quando dezenas de pessoas perderam a vida, num dos maiores incêndios ali registrados.

Somente lendo o tópico do noticiário do Rio Grande do Sul, quando dois bombeiros comentavam, enquanto retiravam três mortos que, talvez agora, o Governo do Rio Grande do Sul reinstalasse o Posto da Rua Mauá, pedido feito há vários meses, pelo Corpo de Bombeiros e ainda não atendido.

E a antiga estação da Avenida Mauá ficava localizada apenas a quatro quadras das Lojas Renner.

E neste Estado, onde vemos a boa vontade, o discernimento do Sr. Comandante do Corpo de Bombeiros, tentando fazer com que o Governo volte suas vistas, suas atenções para aquele destacamento da Polícia Militar, tão importante para tranquilidade e segurança de nossas famílias.

Infelizmente, até agora, o Governo não deu atendimento ao pedido do Sr. Comandante do Corpo de Bombeiros.

E aquela Corporação está funcionando em condições precárias, aqui na Capital, no Interior nem se fala.

É nessas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para evitar que, no dia de amanhã, não aconteça o mesmo que aconteceu nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, para que o Paraná, no dia de amanhã, não chore como hoje chora o Rio Grande do Sul, vítima da inoportunidade de atendimento por parte de Governos instituídos, e que seja o Governador Jayme Canet humano e atenda os reclamos do Sr. Comandante do Corpo de Bombeiros na Capital e no Interior do Estado.

Fica aqui, Sr. Presidente, através de nosso requerimento, o pedido a S. Exa. o Sr. Governador do Estado para que dê melhor atenção para esse grave problema, a fim de evitar que, no dia de amanhã, episódios tristes como os ocorridos no Rio Grande do Sul e em São Paulo, sejam inseridos em nosso Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Está encerrada a Hora Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presente de quarenta e seis (46) Senhores Deputados. Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 23/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 18/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Florestópolis, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Nilson Ribas e o Ginásio Estadual Professora Eudice Ravagnani de Oliveira, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 163/75, de autoria do Deputado Hélio Manfrinato, que autoriza o Poder Executivo considerar de utilidade pública o Montepio dos Servidores Municipais do Brasil, Sociedade Civil de Fins Beneficentes, com sede em Porto Alegre. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 06/76, de autoria do Poder Executivo, mensagem 26/76, encaminhando anteprojeto de Lei, que dispõe sobre a incorporação das gratificações de que tratam os itens II e III, do art. 172, da Lei 6174, de 16/11/70, aos proventos dos servidores do Estado em futuras aposentadorias. Parecer favorável da C.C.J., C.F. e C.R.H., COM SUBSTITUTIVO GERAL. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado com Substitutivo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 24/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 19/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Formosa do Oeste, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 25/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 21/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Goioerê, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o Posto de Saúde e o Ginásio Estadual Ribeiro de Campos, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 26/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 22/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Inajá, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 30/76, de autoria do Poder Executivo, mensagem 43/76, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva fixar a partir de 01/03/76, novos vencimentos mensais aos Membros da Magistratura, do Ministério Público, Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado, ao Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Em discussão.

O SR. ACCIOLY NETO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, indagando da Mesa se não há no bojo desse processo, emenda sugerindo à Casa e até mesmo ontem publicada no Diário da

Assembléia ou na Ordem do Dia e solicitaria a V. Exa. que colocasse à consideração do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Mas não existe emenda no projeto. Existe apenas uma sugestão.

O SR. ENÉAS FARIA — A par da sugestão votada e aprovada, existe uma emenda que já encaminhei e que se encontra no bojo do projeto. Só solicitaria a V. Exa. que ela viesse à consideração da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — A Mesa indaga do nobre Deputado se sua emenda foi encaminhada por intermédio da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ENÉAS FARIA — Foi encaminhada e se encontra no bojo do projeto e eu vim acompanhando sua tramitação desde a Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Existe uma emenda apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, de autoria do Deputado Enéas Faria, que foi aprovada na Comissão como sugestão ao Poder Executivo e a ele encaminhado. Portanto, a emenda tem parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça e não poderá ser apreciada, pois não veio como emenda da Comissão.

V. Exa. tem o direito de entrar com essa emenda em 2.^a ou 3.^a discussão.

O SR. ENÉAS FARIA — Entendo que V. Exa. não tem obrigação de estar informado das minúcias dos projetos, e para evitar maiores debates a respeito, requiero a V. Exa. que essa emenda tivesse o caráter de emenda apresentada hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — A Mesa considera a emenda e solicita ao Sr. 2.^o Secretário que proceda a leitura da mesma.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — (Lê o início da emenda)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — A Mesa interrompe a leitura feita pelo Sr. 2.^o Secretário, porque não pode receber emendas do Plenário a este Projeto, de acordo com a Constituição e nosso Regimento Interno. Essa emenda aumenta despesa e a Mesa só pode receber emendas da Comissão.

O SR. ENÉAS FARIA — Volto a insistir, a emenda foi apresentada junto à Comissão de Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — A Comissão não aprovou, não acatou.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, me permite? Mais uma vez entendo que há ignorância da Presidência a respeito.

O SR. ENÉAS FARIA (Pela Ordem). Sr. Presidente, pretendo historiar esta questão. Na Comissão de Constituição e Justiça, quando por lá tramitou esse projeto, na ocasião própria, no momento acertado apresentei a emenda que está em discussão.

Se a Comissão deliberou ou não, neste instante, não se cogita. Ela teve ciência da emenda. Entendeu em não deliberar sobre ela, não aprovando-a, mas, também, não rejeitando-a.

Textualmente na Comissão de Constituição e Justiça, o meu requerimento solicitava fôsse anexada, fôsse entranhada aos autos para cumprir o Regimento Interno, para cumprir a lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) - V. Exa. esclarece que a Comissão de Constituição e Justiça, como Pilatos lavou as mãos e encaminhou a emenda ao Plenário para que ele decida.

O SR. ENÉAS FARIA — Entendo, Sr. Presidente. Mas, a Comis-

são de Constituição e Justiça acreditou na sensibilidade do Sr. Governador e procurou buscar, através de uma sugestão, a palavra do Chefe do Executivo, que não veio. Como acreditava que a palavra do Sr. Governador não viria, foi que requeri, e obtive isto da Comissão, que a emenda permanecesse entranhada no processo para que tivéssemos ocasião de debatê-la aqui no plenário.

O SR. IVO THOMAZONI (Pela Ordem). Sr. Presidente, data vênica do entendimento do Deputado Enéas Faria e uma vez que há proibição regimental de que emendas a projetos de lei dessa natureza possam ou não ser apresentadas do plenário, devo alertar a Presidência para o seguinte.

Pretende a emenda, Sr. Presidente, equiparar vencimentos de membros do Ministério Público com membros da Magistratura.

Todavia, a Mensagem, objeto de discussão pelo Plenário, está redigida atendendo o que preceitua o Estatuto do Ministério Público.

Toda Lei Estatutária, Sr. Presidente, merece, nesta Casa, rito especial com quorum privilegiado para a sua aprovação.

Emenda que vise alterar exigência de uma lei estatutária não poderá, jamais, ser acolhida e aprovada desde que modifique por lei ordinária, disposições...

O SR. ENÉAS FARIA — Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Não há apartes por ocasião de uma Questão de Ordem.

O SR. IVO THOMAZONI — Levantei esta Questão de Ordem para dizer da improcedência de que se discuta e de que se vote esta emenda. Emenda que, já analisada pela Comissão em sugestão ao Poder Executivo e devidamente encaminhada ao Executivo.

Era, na Questão de Ordem, o que me cabia alertar para que não haja procedimento anti-regimental e, também, inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — A Mesa vai decidir as Questões de Ordem. (Lê):

“Artigo 25, parágrafo 2.º:

Não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista nos projetos oriundos da competência exclusiva do Sr. Governador”.)

Não pode a Mesa, nestas condições, admitir a emenda que não foi nem encaminhada pela Comissão de Constituição e Justiça.

A Mesa se penitencia com o nobre Deputado Enéas Faria, inclusive é simpática à sua proposição, mas, contrariando inclusive a Constituição Federal e a Estadual.

O SR. ENÉAS FARIA — V. Exa. permite?

O SR. PRESIDENTE — Permito, mas a Questão de Ordem está decidida.

O SR. ENÉAS FARIA — Prefiro então, Sr. Presidente, solicitar a minha inscrição para discutir a matéria.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Questão de Ordem. Antes que os Deputados Enéas Faria e Ivo Thomazoni solicitassem a palavra, Pela Ordem, eu havia pedido para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE — A matéria está em votação.

O SR. ACCIOLY NETO — Aí está o equívoco da Mesa, Sr. Presidente. Eu havia solicitado a palavra, antes dos pedidos, Pela Ordem, dos nobres Deputados Enéas Faria e Ivo Thomazoni; ocorre que eles tiveram preferência...

Gostaria de saber se V. Exa. me concede a palavra, para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE — Mais a matéria já estava em fase de

votação, quando foi solicitada a palavra, por V. Exa.

O SR. ACCIOLY NETO — V. Exa. me permite então, discutir a matéria?

O SR. PRESIDENTE — Perfeitamente.

A Mesa acata sua Questão de Ordem, é evidente. Talvez tenha havido engano por parte da Presidência.

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais uma vez retorno à tribuna para debater o Projeto de Lei 30/76 que dispõe sobre a remuneração da Magistratura, dos membros do Tribunal de Contas e membros do Ministério Público.

Em primeiro lugar, e isso não fazia parte do que pretendia dizer hoje, queria estabelecer nitidamente o comportamento da CCJ no episódio relativo à emenda apresentada pelo eminente Deputado Enéas Faria. Relator da matéria, quando apresentada a emenda no âmbito da Comissão, esclareci ao seu autor, assim como aos demais ilustres Deputados que compõem aquele órgão técnico, que por força de disposição explícita da Carta Estadual, era absolutamente inconstitucional. E porque tinha este vício de origem, ela não poderia ser objeto de apreciação nem pela Comissão, muito menos pelo Plenário.

Com isso, e porque também assim entende o eminente Deputado Enéas Faria, a Comissão resolveu a requerimento dele mesmo, transformar tal emenda em sugestão ao Sr. Chefe do Executivo, para encaminhar a este Poder Mensagem aditiva, a que, deu origem ao Projeto de Lei 30/76, buscando estabelecer um tratamento igualitário no que se refere à remuneração dos membros do Ministério Público, com os membros da Magistratura do Estado. Ademais, decidiu-se também, fazer com que esta emenda continuasse dentro do processo, a fim de que dela tomasse conhecimento os Srs. Deputados, neste Plenário.

É bem verdade, que não veio ela como força de emenda ou com tal título. Mas de qualquer forma, creio eu que, ao contrário do que pensa o Sr. Presidente, o Sr. Deputado Enéas Faria, pode a qualquer tempo ou quando estiver tramitando a matéria, reapresentá-la como emenda e como tal ser discutida, ainda que com este vício de inconstitucionalidade.

Isto posto, passo a tratar agora, do que realmente me propunha na tarde de hoje. Com o devido respeito àqueles que têm suas origens na raça árabe, gostaria de afirmar que no debate deste Projeto 30/76, um velho adágio árabe, cai como uma luva no instante em que se discute o tratamento igual entre Juizes e Promotores de Justiça.

Refiro-me àquela velha e surrada expressão, segundo a qual, existem três coisas que não voltam mais:

O tempo que passou; a flecha disparada e a oportunidade perdida.

Nós estamos vivendo exatamente, a oportunidade ainda não perdida. Se não aproveitarmos a oportunidade da tramitação aqui nesta Casa, do Projeto de Lei 30/76, para estabelecermos em definitivo que no Estado do Paraná, o Juiz e o Promotor de Justiça devem merecer igual tratamento financeiro, creio eu, nós jamais teremos outra oportunidade idêntica.

E por esta razão, não podemos de forma alguma, tê-la como oportunidade perdida.

Alegrou ontem, o líder do Governo à cuja liderança honrosamente me submeto, que um dos impecilhos que impedia o Sr. Governador de encaminhar a esta Casa, mensagem aditiva, propondo um tratamento igualitário entre Juiz de Direito e Promotor de Justiça, era um dispositivo existente no Estatuto do Ministério Público. E que, ainda que constitucional, vedava uma atitude desta natureza por parte do Governador.

Referia-se o Sr. líder do Governo, ao Artigo 65 da Lei 5849 de 25 de dezembro de 68. Este dispositivo tem a seguinte redação: “Os vencimentos mensais dos agentes do Ministério Público, ficam assim fixados:

1 - Procurador Geral da Justiça, em quantia igual aos vencimentos básicos dos Desembargadores do Tribunal de Justiça;

2 - Procuradores da Justiça, em quantia igual aos vencimentos básicos dos Juízes de Direito de entrância final;

3 - Promotores, Curadores e Advogados de Ofício em entrância final, em quantia igual aos vencimentos básicos do Juiz de Direito de entrância intermediária;

4 - Promotores de entrância intermediária, em quantia igual aos vencimentos básicos do Juiz de Direito de entrância inicial;

5 - Promotores de entrância inicial, em quantia igual aos vencimentos básicos de Juiz substitutivo;

6 - Promotor substitutivo, em quantia igual a 80 por cento dos vencimentos básicos fixados para Promotores de entrância inicial".

Este dispositivo, conforme já se reconheceu na sessão de ontem, é flagrantemente inconstitucional e o é porque a Constituição Federal, em seu artigo 98 § único, estabelece: "É vedada vinculação, equiparação de qualquer natureza, para efeito de remuneração do pessoal do serviço público".

É por esta razão que hoje tomo a liberdade de apresentar emenda ao Projeto de Lei 30/76, propondo, a inclusão de um artigo com a seguinte redação: "Fica revogado o artigo 65, em seus incisos 1,2,3,4,5,6 da Lei 5849, de 25 de setembro de 1968".

Na justificativa, além de afirmar que esta regra do artigo 65 colide com o mandamento constitucional contido no artigo 98, § 1, da Constituição Federal, trago à baila, duas lições.

A primeira, de Manoel Gonçalves Ferreira Filho, segundo o qual, este dispositivo da Constituição Federal, significa que na estruturação das carreiras e da hierarquia salarial do Legislativo e do Judiciário, é proibido vincular qualquer cargo ou função, a cargo ou função do Executivo, para todo o efeito, especialmente em vencimentos e vantagens. Da mesma forma, existe a proibição de toda e qualquer equiparação.

E outra, do eminente jurista, Pontes de Miranda para quem, se a lei vinculou ou equiparou para efeito de remuneração, a lei é nula.

Se são nulos os artigos em seus incisos, no Estatuto do Magistério, cabe à Assembléia Legislativa antecipar-se às medidas preconizadas no artigo 119, inciso 1.º letra L, da Constituição Federal, que trata da representação do Procurador Geral da República junto ao Supremo, e revogar, da Lei 5849, este artigo 65 e seus incisos inconstitucionais, o que se faz com a emenda que ora submeto à apreciação de V. Exas.

Com a revogação, neste projeto, destes dispositivos do Estatuto do Ministério Público, não poderá existir mais nenhum impedimento para que o Sr. Governador do Estado encaminhe à Assembléia Mensagem propondo o tratamento equalitário entre o Promotor da Justiça e o Juiz de Direito. O Sr. Ivo Thomazoni - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. conhece o respeito que devoto a V. Exa. por reconhecer em V. Exa. um estudioso de todas as matérias em tramitação nesta Casa. Mas, para melhor ordenarmos a tramitação da matéria e dada também a urgência, ou a urgência em sua tramitação, porque invocado está dispositivo constitucional do prazo fatal de 45, indagaria a V. Exa. da possibilidade de transformarmos a emenda de V. Exa. em projeto de lei, porque, na forma de projeto de lei a proposição terá o rito e o quorum indispensável para a necessária modificação da lei estatutária.

Quero acreditar que a medida visaria não interromper a tramitação da matéria e conseqüente aprovação em 2.ª discussão e votação, ao mesmo tempo que teríamos nós a oportunidade de dar apoio à iniciativa de V. Exa., se transformada em projeto de lei.

Era a consulta que me caberia fazer a V. Exa.

O SR. ACCIOLY NETO - Consultaria à Mesa, Sr. Presidente, se o entendimento de V. Exa. é de que uma emenda a projeto de lei ordinária, mas dirigido a uma lei complementar terá tramitação também, embora não seja iniciativa de direito novo, de lei complementar estabelecido na Constituição do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) - O projeto de lei ordinária só pode receber emenda pela Comissão. Não existe emenda de plenário.

O SR. ACCIOLY NETO - Sr. Presidente, é o seguinte: a emenda que proponho é a um projeto de lei ordinário.

Essa emenda por se tratar de uma adição ao projeto de lei ordinário, ganhou, obviamente, a característica de lei ordinária. Não tem a característica de Lei complementar.

Pergunto a V. Exa.: essa emenda embora se refira a uma lei complementar como é o Estatuto do Ministério, mas por se tratar de emenda de uma lei ordinária, o seu rito vai ser de lei complementar, ou será o rito de lei ordinária?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) - Precisaria, nesse caso, transformar esse projeto que foi vetado em uma discussão para outra forma que exigisse outro quorum.

Não vejo como poderíamos modificar, tendo sido votado em 1.ª discussão com uma maioria simples, como lei ordinária, passaria a ser votada com uma maioria absoluta.

O SR. ACCIOLY NETO - o entendimento da Mesa é que, sendo a emenda ao projeto de lei ordinária, mas, por se tratar de lei complementar, ela passa a ter substância de emenda de lei complementar, e terá rito diferente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) É uma emenda estranha ao conteúdo da Mensagem. Dá uma outra amplitude ao projeto de lei que de rito ordinário, passaria à rito extraordinário, com quorum qualificado.

Nestas condições, viria trocar o andamento do próprio projeto de lei.

O SR. ACCIOLY NETO - Sr. Presidente, está havendo um equívoco da parte de V. Exa. e também da minha parte.

É uma questão de conexão processual. Há, em primeiro lugar, perfeita identidade de objeto, há perfeita identidade de pessoa, porque a emenda visa revogar um dispositivo da Lei 5849, que trata, exatamente, da remuneração do Ministério Público. Ora, o projeto de lei que estamos debatendo, dispõe sobre remuneração, portanto, não vejo onde a diferença. As pessoas são as mesmas, do Ministério Público. A mim parece que esta emenda ao Projeto de lei ordinário, portanto, terá que ter tramitação como tem a lei ordinária e não a lei complementar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) - Mas trata de lei complementar, portanto, passa a ter tramitação de lei complementar. Ficaria um projeto híbrido, de lei complementar e lei ordinária.

O SR. OSVALDO MACEDO - Pela Ordem Sr. Presidente, muito embora pessoalmente tenha o maior respeito pela Mesa Executiva desta Assembléia, muito embora também o respeito à pergunta formulada pelo Deputado Accioly Neto, não vejo condições para um debate entre a Mesa e o Deputado que ocupa a tribuna, decidir-se sobre matéria de alta indagação jurídica.

Cumpre, a mim parece, ao Deputado Accioly Neto, apresentar a emenda e ela terá sua tramitação com discussão normal pelos Deputados, que vão debatê-la, saber da sua constitucionalidade ou não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) - Era esta a situação que queria esclarecer. A Mesa, recebida a emenda, encami-

nhará juntamente com o projeto às Comissões para ser estudada e vir com o parecer da Comissão. A mesa pode receber a emenda do Deputado Accioly Neto, e pode até acatar e receber a emenda do Deputado Ebéas Faria, mas, fatalmente, terá que mandá-las às Comissões competentes, para virem com parecer. Não há outra forma da Mesa agir nesta oportunidade.

O SR. ACCIOLY NETO — Agradeço, Sr. Presidente.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Recebidas as emendas dos Srs. Deputados Accioly Neto e Enéas Faria, a Mesa as encaminha às Comissões competentes para parecer.

O SR. IVO THOMAZONI (Pela Ordem) Quer me parecer, Sr.

Presidente, que não havendo sido protocoladas em tempo as emendas apresentadas pelos Srs. Deputados Accioly Neto e Enéas Faria, pediria a V. Exa. que colocasse em discussão e votação em 2.ª discussão, o projeto de lei em tela, e recebidas as emendas em 3.ª discussão.

(É encaminhada à Mesa, emenda de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, do seguinte teor.) — (Lê):

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 30/76

Inclua-se no Projeto de Lei 30/76, um Artigo com a seguinte redação:

Art. — Fica revogado o Artigo 65 e seus incisos I, II, III, IV, V, VI, da Lei 5849, de 25 de setembro de 1968. Sala das Sessões, em 28 de abril de 1976.

ACCIOLY NETO

JUSTIFICATIVA:

Os dispositivos da Lei 5849, cuja revogação é pretendida pela emenda, dispõem que:

“Art. 65. — Os vencimentos mensais dos agentes do Ministério Público ficam assim fixados:

- I — Procurador Geral da Justiça, em quantia igual aos vencimentos básicos dos juizes de Direito de entrância final;
- II — procuradores da Justiça, em quantia igual aos vencimentos básicos dos juizes de Direito de entrância final;
- III — promotores, curadores e advogados de ofício de entrância final, em quantia igual aos vencimentos básicos dos juizes de Direito de entrância intermediária;
- IV — promotores de entrância intermediária, em quantia igual aos vencimentos básicos dos juizes de Direito de entrância inicial;
- V — promotores de entrância inicial, em quantia igual aos vencimentos básicos dos juizes substitutos;
- VI — promotores substitutos, em quantia igual a oitenta por cento dos vencimentos básicos fixados para os promotores de entrância inicial.

Ora, essa regra colide com o mandamento constitucional contido no Art. 98, § único, da Constituição Federal, que, explicitamente, veda qualquer “vinculação ou equiparação de qualquer natureza para o efeito de remuneração do pessoal do serviço público.”

Conforme MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, esse preceito da Carta Federal “significa que, na estruturação das carreiras e da hierarquia salarial do Legislativo e do Judiciário, é proibido vincular qualquer cargo ou função a cargo ou função do Executivo, para todo efeito, especialmente, vencimentos e vantagens. Da mesma forma, existe a proibição de toda e qualquer equiparação”. (Comentários à Constituição Brasileira, vol. 2, pag. 200).

É o que acontece com o Art. 65 e seus incisos I, II, III, IV, V e VI da Lei 5849, razão pela qual se pleiteia a sua revogação.

Segundo PONTES DE MIRANDA, “se a lei vinculou ou equiparou para efeito de remuneração é nula”

(Comentários, Tomo III, página 483)

Se são nulos o Artigo e seus incisos, cabe à Assembléia Legislativa antecipar-se à medida preconizada no Art. 119, I, e, da Constituição Federal, e revogá-los da Lei 5849, o que se faz com a presente emenda.

Demais disto, a revogação desses dispositivos abre perspectiva para que o Chefe do Poder Executivo encaminhe mensagem aditiva à que deu origem ao Projeto de Lei 30/76, propondo tratamento igualitário entre os membros da Magistratura e do Ministério Público do Estado, no que concerne aos vencimentos mensais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Perfeitamente. O projeto irá à 4.ª discussão, pois as emendas deverão ser apreciadas em duas discussões e votações.

Em discussão o projeto. — Encerrada a discussão. — Em votação. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 27/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 32/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Paraíso do Norte, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Oscar Joseph de Plácido e Silva, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J. - **Aprovado.**

Comissão de Constituição e Justiça

Projeto de Resolução N.º 27/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 18 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o Município de Paraíso do Norte, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual “Oscar Joseph de Plácido e Silva”, na sede do referido município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Nilso Sguarezi, Relator.

Comissão de Constituição e Justiça

Proposição N.º 32/76.

Parecer

Acompanhado da Mensagem Governamental 154/75, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 18 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Paraíso do Norte, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual “Oscar Joseph de Plácido e Silva”, na sede do referido município.

Cumprido o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios necessitam de aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Nilso Sguarezi, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 141/73, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que cria a Inspeção de Ensino de Cidade Gaúcha, com jurisdição sobre os municípios de Cidade Gaúcha, Tapira, Nova Olímpia, Guaporema e Rondón. Pareceres CONTRÁRIO da C.C.J. e favoráveis da C.F. e C.I.P. **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Rejeitado.**

PROJETO DE LEI 141/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica criada a Inspeção de Ensino da Cidade Gaúcha, com jurisdição sobre os Municípios da Cidade Gaúcha, Tapira, Nova Olímpia, Guaporema e Rondon.

Art. 2º — O Poder Executivo baixará os atos necessários para a instalação e funcionamento da mesma.

Art. 3º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1973.

a) WILSON FORTES

JUSTIFICATIVA:

O número de escolas secundárias e primárias da região é considerável. A região ressen-te-se de uma Inspeção de Ensino, a fim de dar maior amparo e solucionar os problemas educacionais com a maior brevidade. Considerando este fato, bem como a amplitude da região, propomos à consideração o presente plano de lei, esperando que merecerá a devida atenção, uma vez que se trata de um benefício, em prol do ensino do Paraná. Efetivamente, o setor educacional mereceu especial atenção do atual Governo, cabe a nós, homens que representamos as populações interioranas facilitar o trabalho dos abnegados mestres, dotando-os dos instrumentos que, não só melhora o ensino, mas facilitem a solução dos problemas com eles relacionados.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei 141/73

O preste plano de lei, de autoria do eminente Deputado Wilson Fortes, objetiva a “criação de Inspeção de Ensino da Cidade Gaúcha, com jurisdição sobre os municípios de Cidade Gaúcha, Tapira, Nova Olímpia, Guaporema e Rondon”, estabelecendo mais, que caberá ao Poder Executivo baixar os necessários atos para a sua instalação e funcionamento.

Foi ouvida a Secretaria de Educação e Cultura, que manifestou-se contrário ao “pleiteado”, fundamentando-se em projeto global para definir a regionalização das atividades administrativas e teóricas.

Ocorre que o Projeto de Lei deu entrada na Casa e foi lido no expediente de 16/06/73.

A informação da SEC, é datada de 22 de maio do corrente ano.

Sobreveio, todavia, Regime de Urgência à tramitação da matéria.

Quanto ao mérito, carece-se de maiores elementos capazes de formar opinião, pois, em contrapartida a posição do Executivo, através da Secretaria de Educação e Cultura, contrária ao projeto. e expondo motivos, existe tão somente a justificativa do autor que alega que a “região” ressen-te-se de uma Inspeção de Ensino a fim de dar maior amparo e solucionar os problemas educacionais com mais brevidade”.

Ora, o Poder Executivo já, preliminarmente, vetou, no mérito, o projeto de lei.

Não importaria isso, nem se deveria considerar o conflito de entendimentos sobre a validade da iniciativa.

Entretanto, há o aspecto legal a considerar.

e prerrogativa do Poder Executivo a iniciativa de tais leis, consoante a regra constitucional.

Diante dos postulados da Carta Estadual esbarra a pretensão do ilustre autor, pois que sua iniciativa tem vício inconstitucional de origem.

Sendo assim, apesar do mérito, que deveria ser melhor analisado, o projeto é inconstitucional, pelo que não lhe assiste

condição de tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de julho de 1975.

aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei 141/73

Objetiva este Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Wilson Fortes, criar a Inspeção de Ensino de Cidade Gaúcha, com jurisdição sobre os municípios de Cidade Gaúcha, Tapira, Nova Olímpia, Guaporema e Rondon.

Embora esta matéria tenha recebido parecer contrário da douta Comissão de Constituição e Justiça, entendemos que merece o mesmo acolhimento desta Casa, dada a maior eficiência que virá proporcionar ao atendimento dos problemas educacionais da região, que conta com número considerável de escolas primárias e secundárias.

Nestas condições, nosso parecer é pela aprovação deste Plano de Lei.

Sala das Comissões, em 30 de setembro de 1975.

aa) Quielise Crisóstomo, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Lei 141/73

Visa o plano de lei criar uma Inspeção de Ensino na Cidade de Gaúcha, com jurisdição sobre os municípios de Cidade Gaúcha, Tapira, Nova Olímpia, Guaporema e Rondon.

O elevado número de escolas secundárias e primárias na região e a possibilidade de um maior amparo aos problemas educacionais, com a compatível brevidade, servem de motivos para justificar, amplamente, a propositura.

Diante do exposto, somos pela sua aprovação.

É o parecer. S.M.J.

Sala das Comissões, em de novembro de 1975.

aa) Rosário Pitelli, Presidente; Werner Wanderer, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 03/76, de autoria do Poder Executivo, mensagem 21/76, encaminhando anteprojeto de lei, objetivando acrescentar ao artigo 1º da Lei 6593, de 15 de agosto de 1974, o inciso IV, com redação que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., EM REGIME DE URGÊNCIA — Aprovado.

PROJETO DE LEI 03/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

O presente Projeto de Lei 03/76, oriundo de Mensagem Governamental 21/76, visa incluir ao Art. 1º, da Lei 6593, de 15 de agosto de 1974, o inciso IV, com a redação que especifica.

De acordo com a Mensagem Governamental, a inclusão refere-se a atribuição da gratificação de produtividade, aos ocupantes de cargos no quadro de Pessoal do Tribunal de Alçada, que deixaram de figurar expressamente na citada Lei, pelo fato de que tal quasro foi criado e provido posteriormente.

Constitucionalmente, tal proposição é de exclusiva competência governamental.

As alegações são plenamente justas e nos convencem da sua oportunidade, já que tal benefício normalizará a situação funcional de servidores daquele Tribunal.

Isto exposto, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
Parecer ao Projeto de Lei 03/76

Visa o Projeto de Lei 03/76, oriundo de mensagem governamental, acrescentar ao art. 1º da Lei 6593, de 15 de agosto de 1974, inciso com redação que especifica.

Sobre a matéria, já houve a manifestação favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, temos que os argumentos aludidos na mensagem nos convencem da sua oportunidade, estando, portanto, devidamente enquadrado nas justas finalidades que o plano de lei objetiva.

Em razão disto, opinamos favoravelmente ao Projeto de Lei 03/76.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1976.

aa) Quielise Crisóstomo, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
Parecer ao Projeto de Lei 03/76

A lei 6593, que dispõe sobre a gratificação de produtividade aos ocupantes de cargos que especifica, entre os quais o pessoal do Poder Judiciário, mas por um lapso, a referida Lei não incluiu dois ocupantes de cargos de Contador e Assistente Técnico do Quadro de Pessoal do Tribunal de Alçada, o que se nos afigurava uma injustiça, embora o referido quadro tenha sido criado e provido posteriormente à aludida Lei. Assim sendo, estes dois ocupantes de cargos daquela Corte de Justiça não vieram a usufruir do referido benefício e é justamente para sanar esta anomalia que o Poder Executivo tomou a iniciativa de acrescentar novo inciso ao bojo daquele Diploma Legal a fim de normalizar esta situação.

Tendo o presente Projeto de Lei passado pelo crivo das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, não foi encontrado motivos de óbice legal, e esta Comissão de Recursos Humanos criada exatamente para verificar as atividades da administração de pessoal, seu desenvolvimento tanto na administração direta como autárquica, não poderia deixar de dar seu parecer: FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1976.

aa) Jurandir Messias, Presidente; Gabriel Manoel, Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Jahyr Lopes, ocorrido na cidade de Castro. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Capitão Osvaldo Francisco Vieira, ocorrido na cidade de Sertãozinho. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Aldo Pavesi, ocorrido no município de Marumbi. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 205º aniversário do município de Guaratuba. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, a fim de que determine à Secretaria de Segurança Pública, no sentido de que seja dispensada melhor atenção ao Corpo de Bombeiros do Paraná, concernente à sua aparelhagem e recursos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando seja encaminhado

expediente ao Sr. Diretor do DETRAN, em forma de sugestão, referente a exame de vista de motoristas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, e diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a constituição da Comissão do Pinheirão, composta por 7 membros e com prazo de 120 dias de duração, a fim de que na estreita observância das formalidades de estilo e da praxe regimental, a posição da Assembléia Legislativa do Paraná, face ao envolvimento do interesse público, fique expressamente manifestada. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário dos Transportes sobre a exploração dos serviços intermunicipais de transporte coletivo. — Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Fica transferida a discussão para a próxima sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 24/76, 25/76, 26/76 e de Lei 30/76.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 27/76 e de Lei 03/76.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 30/76 e de Lei 183/75, 190/75 e 22/76.

marcando ainda uma sessão para o dia 30, sexta-feira, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei 03/76, 11/76, 13/76, 14/76, 15/76, 290/75, 153/74, 72/75, 149/75 e 173/75.

Levanta-se a Sessão.

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 182/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1099, de 17 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MARLENE DE BRITO PERRONE, matrícula 222, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível PL "17", do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1974, 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 193/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 680, de 02 de fevereiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6792, de 03 de dezembro de 1975, em favor de FRANCISCA DA SILVA CAVALHEIRO, matrícula 198, ocupante do cargo de nível PL "15", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondentes ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1976
aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 194/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1821, de 17 de março de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

revogar o Decreto Legislativo 435/75, de 24 de junho de 1975, que contou em dobro as férias relativas ao ano de 1974, ao funcionário ANTONIO CECCON, ocupante do cargo de nível PL "16", de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, matrícula 554, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, em virtude de já ter sido contado pelo Decreto Legislativo 280/76, de 14 de maio de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1976
aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 195/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1211, de 23 de fevereiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6792, de 03 de dezembro de 1975, em favor de SÉRGIO ANTONIO SOUTO, ocupante do cargo de Advogado nível PL "28", matrícula 087, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1973, 1974, e 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1976

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 196/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1240, de 24 de fevereiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de OLENI FERREIRA LIMA, matrícula 397, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondentes ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1965 e 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1976
aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 197/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 893, de 11 de fevereiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JANDIR NARDIN, matrícula 6742, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1976
aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 198/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 532, de 27 de janeiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JORGE MATHIAS JUNIOR, ocupante do cargo de Advogado, nível PL "28", do Grupo Ocupacional de Direito, matrícula 072, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário